



AGROPECUÁRIA: MAIS “MERCADO” E MENOS “IDEOLOGIA”

É consenso que a pandemia de Covid-19 vem afetando profundamente inúmeras atividades econômicas (aviação comercial e turismo, automobilística e construção civil, varejo e serviços, etc.) por conta da capacidade do SARS-CoV-2 se espalhar tão rapidamente e da sua letalidade determinar compulsória quarentena e indistinto isolamento social.

Apesar do *status* aparentemente refratário da cadeia agropecuária, mais cedo do que tarde, o inevitável aparecimento de uns e outros sinais exigirá terapia de mitigação do fenômeno que afeta indistintamente os fundamentos da oferta (parada por afastamento dos colaboradores contaminados, etc.) e da demanda (fechamento de bares e restaurantes, etc.) dos alimentos por aqui e mundo afora.

O remédio a ser administrado tem como principal elemento de composição a cooperação integrada, seja doméstica ou internacional, na dose que previna quaisquer interrupções no trânsito dos insumos e dos alimentos, assegure distribuição e abastecimento aos mais vulneráveis, preserve a renda dos produtores rurais e permita a continuidade das cadeias produtivas que mantêm empregos e prosseguem contribuindo com tributos que viabilizam as políticas de saúde pública. Apesar da narrativa otimista, o compromisso foi pactuado no mês passado pelos ministros da agricultura do G-20.

O efeito almejado é estimular uma ampla e inédita abertura comercial capaz de arrefecer qualquer caótico impulso do protecionismo populista ultraconservador. Caso contrário, a convalescência será dolorosa e a eventual cura, acompanhada das

piores sequelas, à exemplo da crise alimentar de 2008, quando o impedimento no comércio global privou milhões de consumidores.

O Brasil ocupa o pódio do protagonismo nesse planeta com comida suficiente para satisfação da humanidade, embora as adversidades globais de caráter estruturante (logística de distribuição regional, sistema geopolítico e sócio econômico de cada país) e conjuntural (autoritarismo exacerbado, corrupção generalizada, subsídios que premiam a ineficiência) continuam atribuindo o DNA da insegurança alimentar à quase um bilhão de pessoas.

A reboque da interligada globalização comercial, a agropecuária brasileira, justamente reconhecida como “de mercado”, conta com a indispensável retaguarda do Ministério da Agricultura, cuja primazia abona oficialmente o cumprimento

de 25 bilhões de dólares, principalmente com nossa carne bovina e suína, soja e algodão, razão pela qual é considerada um dos grandes parceiros estratégicos, dentre outros asiáticos, árabes e europeus.

A totalidade dos agroexportadores tem por costume elogiar o desempenho dos respectivos servidores e da ministra Tereza Cristina, por conta da conduta absolutamente alheia à retórica diplomática, além de exaltar sua habilidade em equilibrar a paciência e a capacidade de persuasão negocial (à exemplo do sucesso alcançado pelo Acordo Mercosul & União Europeia).

Essa invejável disposição voltada à pavimentação da imagem de um celeiro para abastecimento confiável (reconhecido por uma agropecuária fundamentada na sustentabilidade/preservação do meio ambiente, sanidade/biossegurida-

O EFEITO ALMEJADO É ESTIMULAR UMA AMPLA E INÉDITA ABERTURA COMERCIAL CAPAZ DE ARREFECER QUALQUER CAÓTICO IMPULSO DO PROTECIONISMO POPULISTA ULTRA-CONSERVADOR. CASO CONTRÁRIO, A CONVALESCÊNCIA SERÁ DOLOROSA

dos acordos firmados e, em consequência, contribui decisivamente para a satisfação e encantamento dos tradicionais compradores.

O resultado dessas exportações alcançou no ano passado aproximadamente 100 bilhões de dólares. A China, por exemplo, que representa 16% do PIB global, gastou mais

de dos rebanhos e granjas, e saúde do consumidor/rastreabilidade dos produtos) apesar de compulsória, traduz grande vantagem para esse Brasil exportador, em consonância com o vingueiro pacote de tributos exigidos na pós-crise, principalmente por tantos outros potenciais clientes de interesse. ■



Ariovaldo Zani
é médico veterinário,
professor do MBA
PECEGE/
ESALQ/USP